Cartilha

Maceió · 2026

Guia prático

para reparação de danos extrapatrimoniais em saúde mental em Maceió



NÓS
Rede de Pesquisas em Saúde Mental Comunitária e Desastre Socioambiental

NOSSO CHÃO NOSSA HISTÓRIA

CGDE
Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais

UNOPS

FUNDEPES

Ficha técnica

Esta publicação foi desenvolvida no âmbito do Programa Nosso Chão, Nossa História, implementado pelo UNOPS, com ações definidas pelo Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais, em cooperação com o MPF/AL e o MPAL, por meio de projeto de reparação extrapatrimonial executado pelo Nós - Rede de Pesquisas em Saúde Mental Comunitária. Os direitos de propriedade intelectual sobre o material pertencem ao UNOPS, conforme previsto no acordo com a organização parceira.

Realização
Nós – Rede de Pesquisas em Saúde Mental Comunitária
Programa: Nosso Chão, Nossa História (CGDE/UNOPS)

Coordenação
Leogildo Alves Freires

Autoria
Lázaro Batista
Thainara Brito Santos
Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação
Humberto Freire Medeiros
Lázaro Batista

Revisão
Lidiane Barbosa; Ana Letícia Cordeiro; Sthephane Pereira; Clara Leone e Samuel Conselheiro

Como citar
BATISTA, Lázaro; SANTOS, Thainara Brito; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. **Guia prático para reparação de danos extrapatrimoniais em saúde mental em Maceió: cartilha.** Maceió: Rede Nós, Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, 2026. e-book.

Equipe técnica

Coordenador: Leogildo Alves Freires

Orientadores: Maria Auxiliadora Ribeiro; Lázaro Batista

Assistente Administrativo: Elisabelle Cavalcante Agostinho

Consultoria e Apoio Técnico: Cássia Castro Bezerra e Ítalo Ferreira

Psicóloga: Thainara Brito Santos

Pesquisadores/as: Ana Letícia Cordeiro; Sthephane Pereira; Clara Leone Melo e Samuel Conselheiro

Bolsistas de Iniciação Científica: Maria Eduarda Alves; Rita de Cássia Costa; Ismael Basílio; Marília Creicielle Santos e Fabiano José dos Santos

Ficha catalográfica

Bibliotecária responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza
CRB - 4 / 1844

B333g Batista, Lázaro

Guia prático para reparação de danos extrapatrimoniais em saúde mental em Maceió : cartilha / Lázaro Batista, Thainara Brito Santos, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro ; coordenação Leogildo Alves Freires ; diagramação Humberto Freire Medeiros, Lázaro Batista ; revisão Lidiane Barbosa, Ana Leticia Cordeiro, Sthephane Pereira, Clara Leone, Samuel Conselheiro. – Maceió : Rede Nós, Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, 2026.

1 ebook (25 f. : il. color.)

Texto para Saúde Mental em contexto de desastre
Público a que se destina: geral
Nós – Rede de Pesquisa em Saúde Mental Comunitária e Desastre Socioambiental
Projeto vinculado ao Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais (CGDE), UNOPS e FUNDEPES

1. Desastres socioambientais - Maceió. 2. Saúde mental comunitária. 3. Saúde mental comunitária. 4. Mineração – impactos psicossociais - Maceió. I. Santos, Thainara Brito. II. Ribeiro, Maria Auxiliadora Teixeira. III. Nós - Rede de Pesquisa em Saúde Mental Comunitária e Desastre Socioambiental. IV. Medeiros, Humberto Freire. V. Barbosa, Lidiane. VI. Cordeiro, Ana Leticia. VII. Pereira, Sthephane. VIII. Leone, Clara. IX. Conselheiro, Samuel. X. Título.

CDU364-78:622(813.5)
CDD 363.349.98135

Sumário

1	Apresentação	5
2	Contextualizando: o desastre como processo contínuo	8
3	Dimensões do sofrimento: um mapa interseccional para a reparação extrapatrimonial	11
4	O limbo das “bordas” e a invisibilidade institucional	13
5	Critérios para avaliação do dano extrapatrimonial	14
6	Dimensões do dano e recomendações de reparação extrapatrimonial	15
7	Diretrizes e dispositivos de reparação extrapatrimonial	19
8	Como acompanhar os efeitos da reparação extrapatrimonial?	23
9	Conclusão	26

1 Apresentação

Este guia foi construído a partir das atividades de pesquisa do projeto de reparação extrapatrimonial, vinculado ao Programa Nosso Chão, Nossa História, “Nós, Rede de Pesquisas em Saúde Mental Comunitária”, que tem investigado o desastre socioambiental provocado pela Braskem com a mineração de sal-gema, em Maceió. O foco do projeto de reparação Nós é compreender os impactos psicossociais, as formas de enlutamento e possibilidades de fortalecimento da saúde mental comunitária em quatro grupos prioritários: mulheres, pessoas idosas, crianças e adolescentes e população LGBTQIAPNb+.

Entendemos que os impactos produzidos não se limitam às perdas materiais, tampouco podem ser relacionados a efeitos pontuais de um evento passado. Os diálogos realizados com as pessoas atingidas sinalizam que correspondem a um processo prolongado, marcado pela incerteza, pela continuidade dos riscos e pela desorganização de suas condições de vida. Também apontam que eles produzem efeitos diretos sobre a saúde mental, os vínculos sociais e a experiência cotidiana.

A partir das narrativas dos diferentes segmentos da população acessados pela pesquisa, é possível afirmar que o desastre tem alterado dimensões centrais da experiência e existência das pessoas. Isso se manifesta de diferentes maneiras: a casa deixa de ser reconhecida como espaço de segurança; o tempo passa a ser vivido sob espera; instabilidade e relações de vizinhança se rompem e modos de vida são interrompidos. Esses elementos aparecem articulados entre si, compondo um quadro de sofrimento que não pode ser reduzido a categorias individuais ou exclusivamente clínicas. Ao mesmo tempo, essas narrativas indicam que os impactos não se distribuem de maneira homogênea, sendo experimentados de diferentes formas a depender de aspectos como gênero, sexualidade, raça, idade, classe e território.

Este Guia organiza-se como um produto dessa pesquisa. Seu objetivo é relacionar a descrição dos impactos psicossociais à definição de critérios e orientações que possam sustentar práticas concretas de reparação extrapatrimonial, localizadas no contexto desse desastre socioambiental, em Maceió. Entendemos que os danos extrapatrimoniais, nomeados na pesquisa como impactos psicossociais, dizem respeito àquilo que sustenta a vida para além do patrimônio – como segurança, pertencimento, memória, relações socioambientais e condições de continuidade da vida no cotidiano. Considera-se que são danos multidimensionais, complexos e imensuráveis, que incidem de maneira encadeada em esferas coletivamente produzidas e experienciadas pelos/as atingidos/as. Por isso, não podem ser reparados apenas por meio de compensações financeiras, medidas padronizadas e individualizadas.

Ao reunir diretrizes, categorias de análise e propostas de intervenção, buscamos oferecer um referencial para a atuação de diversos agentes que se envolvem com processos de reparação extrapatrimonial. Ao mesmo tempo, mantemos como eixo a centralidade das experiências narradas pelas pessoas atingidas, tomando-as como base para compreender o alcance dos danos e os limites das respostas institucionais até aqui construídas.

O que está em jogo é a possibilidade de recompor condições mínimas de vida em territórios profundamente alterados, com ou sem a reparação de perdas materiais.

Isso exige reconhecer a extensão dos impactos, ao longo do tempo, enfrentar as “estratégias” de invisibilização e buscar respostas que não reproduzam ou mantenham, por outros meios, o mesmo processo de negação vivido pelas populações atingidas.

A quem se destina este guia

Este guia foi elaborado para quem propõe ações de reparação extrapatrimonial em Maceió: pessoas, equipes e instituições que formulam, planejam, executam ou acompanham projetos de reparação extrapatrimonial junto às populações atingidas. Por isso, além de descrever os danos, ele reúne critérios de avaliação, diretrizes, dispositivos e indicadores que podem orientar a construção dessas ações e o acompanhamento de seus efeitos.

Nota metodológica

Este guia resulta do trabalho de cinco ações de pesquisa, articuladas entre si, que integram o Nós – Rede de Pesquisas em Saúde Mental Comunitária. Cada ação se volta a compreender os impactos da mineração sobre diferentes populações: crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas e população LGBTQIAPNb+.

O coletivo de pesquisa é composto por dezesseis pessoas:

4	3	2	2	5
doutores	mestres	doutorandas	mestrandos	estudantes de graduação

As categorias, os critérios e as propostas apresentados nas próximas seções foram construídos a partir dos encontros e diálogos realizados com as pessoas atingidas no âmbito dessas ações.



2 Contextualizando: o desastre como processo contínuo

Depois de oito anos decorridos dos eventos críticos que deram maior visibilidade ao desastre socioambiental provocado pela mineração de sal-gema em Maceió, há ainda efeitos e impactos sobre os territórios afetados. Nesse contexto, o desastre provocado pela Braskem não se caracteriza pela dimensão clássica de um “evento abrupto” ou de um acidente técnico isolado, constituindo-se como um desastre em curso. As evidências das pesquisas realizadas impõem o reconhecimento dessa tragédia em câmera lenta, efetivada como um processo crônico de violações que se estende por anos de instabilidade territorial, negligências institucionais e formas diversas de experimentação das consequências. Dentre os muitos desdobramentos disso, está o desafio que se impõe sobre as formas de reparação dos danos extrapatrimoniais.

? Como efetivar ações de reparação extrapatrimonial em um cenário de desastre em curso?

Um primeiro e fundamental passo é reconhecer a natureza processual do desastre como uma necessidade estratégica para qualquer iniciativa de reparação extrapatrimonial. Um desastre ainda em curso pode, por exemplo, alterar a vida das pessoas e da comunidade, enfraquecendo relações, aumentando a desconfiança, trazendo a sensação de que a situação não vai mudar e contribuindo para o chamado Trauma Psicossocial (TPS). Na prática, os impactos psicossociais são reconhecidos pela perda do convívio comunitário diário, pelo fim de tradições e festas locais e pela quebra de vínculos históricos com o fechamento de espaços de lazer, esportes e comércios tradicionais. Esses elementos organizam-se em torno de três eixos de sofrimento: incerteza, temporalidade prolongada e fragilização de referências - que impactam a saúde mental, a segurança e os vínculos socioculturais:

Esses processos podem, inclusive, atingir pessoas que não viveram o início do desastre ou que nasceram depois. Os mais jovens podem não ter lembranças diretas do que aconteceu, mas sentem as consequências da perda de espaços, das mudanças no território e do enfraquecimento dos vínculos entre os familiares e a comunidade. Por outro lado, as histórias, lembranças e sentimentos das pessoas mais velhas podem contribuir com a transmissão dessas experiências para as novas e futuras gerações.

TRÊS EIXOS DE SOFRIMENTO

1
Incerteza

A suspensão do tempo presente diante da dúvida sobre a estabilidade do solo, o valor das indenizações e a (im)possibilidade de realocação (expectativas vividas pela população residente em áreas de borda).

2
Temporalidade prolongada

O risco que não cessa, transformando a espera e a vigília em um castigo cotidiano, com consequências transgeracionais.

3
Fragilização de referências

A destruição de marcos territoriais históricos que sustentavam a identidade e a convivência das comunidades.

Ou seja

A rotulagem institucional do desastre como um evento "abrupto", que já aconteceu, é um ato de violência política. Ao ignorar o caráter processual da tragédia, corre-se o risco de silenciar o sofrimento crônico das pessoas e limitar a reparação extrapatrimonial a valores financeiros insuficientes, ignorando o trauma psicopolítico e os efeitos dos oito anos de convivência com um desastre em curso sobre a vida cotidiana das pessoas. Esse silenciamento impede que o nexo causal entre a mineração e o adoecimento prolongado seja plenamente estabelecido.

Para saber mais

Para conhecer o histórico do desastre, recomenda-se a leitura do estudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2019), que relacionou a extração de sal-gema à instabilidade do solo nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, e do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem, aprovado pela comissão no Senado Federal em maio de 2024.

Referências:

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): volume I, relatório síntese dos resultados n. 1. Brasília: CPRM, 2019.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem (CPIBRASKEM). Relatório final. Relator: Senador Rogério Carvalho. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2642/mna/relatorios. Acesso em: 19 out. 2026.

Para conhecer os projetos de reparação extrapatrimonial que têm sido desenvolvidos com a coordenação e monitoramento do Programa Nosso Chão, Nossa História, acesse o site: **https://nossochaomaceio.org**



3 Dimensões do sofrimento: um mapa interseccional para a reparação extrapatrimonial

A reparação extrapatrimonial não pode ser a mesma para todas as pessoas. Sem considerar essa diversidade, corre-se o risco de aprofundar desigualdades estruturadas ao longo do tempo. É preciso levar em conta, que o desastre produzido pela mineradora Braskem, em Maceió, tem cor, gênero, idade e território/bairro específicos.

Portanto, as pessoas atingidas não são um bloco homogêneo!

O trabalho invisível do cuidado

O perfil mais atingido é o de mulheres pretas e pardas. Elas absorvem o impacto emocional de toda a família, muitas vezes escondendo as emoções para não desestabilizá-la.

Masculinidade e identidade de provedor

Para os homens pretos, a perda de postos de trabalho informais e da economia local (como o comércio ou a cata de sururu) atinge diretamente a identidade de provedor. Além disso, a ideia de que homens não podem demonstrar sentimentos atua como barreira ao cuidado, camuflando o trauma sob o imperativo da resistência física e emocional.

Crianças e adolescentes

Para as crianças, a ausência de vivência do desastre e seus impactos diretos é o aspecto principal observado nos encontros. Os relatos evidenciam que elas não possuem uma narrativa específica sobre o acontecimento, embora narrem as dificuldades e os impactos produzidos nos territórios, com destaque para a perda de espaços de socialização e lazer.

População LGBTQIAPNb+

No contexto das pessoas de/com sexo, gênero e orientação sexual dissidentes, as questões de gênero atravessam especialmente mulheres cis lésbicas e mulheres trans, que permanecem nas bordas e se tornam mais expostas a assaltos, violências de gênero e homotransfobia com a diminuição da circulação de pessoas nos bairros. O impacto gerado pelo deslocamento do território suscita sentimentos ambíguos: como cenário de grande parte de suas trajetórias e de construção de afetos e apoio, mas também lugar de experiências de violência e controle sobre suas expressões de gênero e sexualidade. Para as pessoas participantes da pesquisa, essa ambiguidade marca a forma como ocuparam e vivenciaram o território.

Mulheres e idosas

As transformações no território impactaram o acesso das mulheres e idosas ao comércio, ao transporte e aos serviços de saúde. Reduziram as oportunidades de convivência comunitária e produziram o rompimento de vínculos com profissionais que anteriormente acompanhavam suas trajetórias de cuidado. Essas mudanças geraram sofrimentos, que evitam falar e conversar sobre eles, levando a consequências na saúde física e mental, especialmente diante das perdas e alterações nas formas cotidianas de circulação, cuidado e sociabilidade.

Homens idosos

Os impactos psicossociais foram relacionados às mudanças no território tais como a perda de espaços, pessoas e atividades, a redução da convivência comunitária e a ruptura do sentido de pertencimento. Relataram dificuldades para reconstruir vínculos em outros territórios e para acessar os transportes. Essas experiências estiveram acompanhadas de sentimentos de tristeza e sofrimento relacionados às lembranças do passado e às perdas vivenciadas.

4 O limbo das “bordas” e a invisibilidade institucional

A invisibilidade de raça, sexualidade e gênero reflete-se, simetricamente, na invisibilidade de quem vive nas “bordas” do mapa de risco (por exemplo, nos Flexais e Bom Parto). Essas comunidades vivem em um estado de suspensão existencial, abandonadas entre o esvaziamento urbano e a negação de direitos. Nesses contextos, é necessário que a reparação extrapatrimonial alcance pessoas atingidas por um impacto indireto continuado. Essa categoria é caracterizada por:

Viver no limite

Habitar as bordas é viver em uma “bomba-relógio”. A incerteza jurídica de não ser considerado “atingido” o suficiente para sair, mas sofrer as ruínas do entorno, destrói a saúde mental.

O trauma psicossocial

O evento da “Mina 18” foi um momento crítico, que acentuou o sofrimento psicossocial, com o silêncio institucional e as informações contraditórias sobre a segurança do território gerando uma revitimização e deterioração psíquica. A desconfiança em instituições e no poder público é um agravante do trauma.

Atenção!

A desconfiança institucional não é um detalhe burocrático, mas um componente do dano. Quando as instituições não explicam, com comprovações científicas, porque há perigo de um lado da rua e do outro não, uma desorganização cognitiva é produzida, perpetuando o sofrimento psíquico. A reparação extrapatrimonial deve contemplar esse dano à confiança pública e à transparência.

5 Critérios para avaliação do dano extrapatrimonial

A avaliação dos danos extrapatrimoniais não pode se limitar a parâmetros genéricos ou a categorias previamente fixadas, considerando-se as diferentes interseccionalidades do desastre. É necessário avaliar, objetivamente, como o cotidiano das pessoas atingidas é reorganizado. Nesse sentido, a análise de cada caso deve levar em conta, de forma articulada, ao menos cinco dimensões:

1. Tempo de vida comprometido: aumento do tempo gasto com deslocamentos, espera por soluções institucionais ou monitoramento de riscos no território.

2. Ruptura de vínculos sociais e comunitários: enfraquecimento ou perda de relações de vizinhança, redes de apoio e formas cotidianas de convivência.

3. Comprometimento da moradia como espaço de segurança: presença de medo, vigilância constante ou impossibilidade de habitar a casa como lugar de estabilidade.

4. Sofrimento físico e psíquico persistente: manifestações corporais, emocionais ou comportamentais que se prolongam no tempo e se relacionam com a situação do território.

5. Perda de práticas culturais, produtivas ou modos de vida: interrupção de atividades vinculadas ao território, à memória coletiva ou à subsistência.

Esses elementos não devem ser avaliados isoladamente. O que caracteriza o dano extrapatrimonial, nesse contexto, é a forma como essas dimensões se acumulam e se reforçam mutuamente.

Casos em que duas ou mais dessas dimensões estejam presentes devem ser reconhecidos como situações de dano relevante, ainda que não haja perda material direta ou imediata.

6 Dimensões do dano e recomendações de reparação extrapatrimonial

A partir dos achados de pesquisa, propomos seis dimensões nas quais a reparação extrapatrimonial pode atuar:

Sobre o alcance destas recomendações

As ações recomendadas neste quadro têm caráter propositivo. Embora a pesquisa tenha sido desenvolvida no âmbito de um projeto de reparação extrapatrimonial vinculado ao Programa Nosso Chão, Nossa História, elas foram formuladas pela equipe do Nós, a partir dos achados da pesquisa e expressam a leitura dessa equipe sobre as necessidades relatadas pelas pessoas atingidas. Não são recomendações do Programa, nem orientações dirigidas à sua atuação. Parte das propostas, como as que tratam de transporte público, iluminação e segurança, envolve competências de outros órgãos e de políticas públicas que extrapolam a reparação extrapatrimonial. Elas foram mantidas aqui para dar visibilidade ao conjunto dos danos identificados e subsidiar o diálogo entre os diferentes agentes envolvidos.

1 Mobilidade e acesso

EVIDÊNCIAS

- Perda de rotas históricas e transporte público precário.
- Necessidade de deslocamentos prolongados para manter a rotina de trabalho/estudo.
- Perda dos espaços públicos de esporte, fácil comércio e lazer.
- Dificuldade de acesso a aplicativos de transporte.

RECOMENDAÇÕES DE REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL

Promover medidas de redução dos impactos da mobilidade forçada, incluindo ampliação ou adequação de itinerários e horários do transporte público, criação de pontos de embarque em áreas de maior vulnerabilidade e melhoria das condições de espera. Avaliar mecanismos de apoio ao deslocamento para pessoas com maior dificuldade de acesso ao transporte, além de ações de orientação e inclusão digital para uso de aplicativos de mobilidade.

2 Insegurança pública

EVIDÊNCIAS

Insegurança intensificada em áreas de desocupação e/ou de borda, associada aos prejuízos à mobilidade urbana. Vivenciada especialmente por mulheres, em razão das desigualdades de gênero que ampliam sua exposição à violência urbana.

RECOMENDAÇÕES DE REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL

Reduzir as situações de exposição e espera em áreas de maior vulnerabilidade, com revisão de itinerários e horários do transporte, melhoria da iluminação e das condições dos pontos de ônibus e articulação com os serviços públicos de segurança e proteção social. Desenvolver ações específicas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres nos territórios afetados.

3 Perda de referências territoriais e comunitárias

EVIDÊNCIAS

Desaparecimento ou transformação de pontos de comércio que auxiliavam na socialização comunitária, com impactos sobre a capacidade produtiva e a geração de renda.

RECOMENDAÇÕES DE REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL

Preservar e fortalecer referências sociais e econômicas do território, por meio de apoio à manutenção ou reinstalação de pequenos comércios e atividades locais, qualificação profissional e orientação para empreendimentos. Criar iniciativas de registro e valorização da memória desses estabelecimentos e de sua importância para a vida comunitária, incluindo ações de memória oral, acervos comunitários ou sinalização de lugares de referência.

4 Especificidades do sofrimento feminino

EVIDÊNCIAS

Sobrecarga do cuidado e das responsabilidades relacionadas à manutenção da vida cotidiana. Perda do acesso ao comércio local e dificuldades de acesso aos transportes. Perda da convivência comunitária e dos vínculos com profissionais e serviços de saúde. Mudanças nas formas de cuidado e dificuldade de expressar o sofrimento vivido.

RECOMENDAÇÕES DE REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL

Reconhecer e responder às formas específicas de sofrimento vivenciadas pelas mulheres, considerando as mudanças nas condições de cuidado, circulação, convivência e acesso à saúde produzidas pelo desastre. Fortalecer a articulação entre os serviços de saúde, assistência social e demais equipamentos públicos, com estratégias de acolhimento e acompanhamento que considerem as experiências das mulheres atingidas. Criar espaços de escuta e elaboração do sofrimento, incluindo grupos de convivência e apoio entre mulheres, e favorecer sua participação na definição das medidas de reparação e das ações destinadas à reorganização do cuidado, da mobilidade e do acesso aos serviços.

5 Fragilização dos vínculos e convivência comunitária

EVIDÊNCIAS

Isolamento social, perda ou fragilização de laços sociais e progressiva deterioração da saúde mental. Dificuldades de reconstrução dos vínculos comunitários nos novos territórios. Para pessoas LGBTQIAPNb+, somam-se experiências de estranhamento, exposição à homotransfobia e dificuldades de reconhecimento de suas identidades e expressões de gênero e sexualidade.

RECOMENDAÇÕES DE REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL

Favorecer a reconstrução dos vínculos sociais e das condições de convivência comunitária nos novos territórios, por meio da criação ou fortalecimento de espaços comunitários de encontro, grupos de convivência e atividades coletivas. Ampliar a articulação entre serviços de saúde, assistência social e equipamentos comunitários para acolhimento e acompanhamento das pessoas atingidas. Para grupos sujeitos a formas específicas de violência, como a população LGBTQIAPNb+, incorporar medidas de prevenção e enfrentamento à homotransfobia e garantir canais acessíveis de proteção e encaminhamento.

6 Perda de espaços culturais e de lazer

EVIDÊNCIAS

Impacto sentido pelos mais jovens e idosos/as que se queixam da ausência de alternativas de lazer em seus territórios. Especialmente de locais que costumavam ser espaços de socialização comunitária, como praças e pontos de cultura.

RECOMENDAÇÕES DE REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL

Criar ou recuperar espaços comunitários de cultura, lazer e convivência, considerando as necessidades de diferentes faixas etárias. Apoiar atividades culturais, esportivas e de lazer definidas com a participação dos moradores, além de recuperar ou criar espaços públicos destinados à convivência. Associar essas ações a iniciativas de preservação da memória do território e de seus antigos espaços de sociabilidade.

Atenção!

Um impacto pode produzir muitos outros

Perder uma rota de transporte, um comércio, um espaço de convivência ou um serviço de referência não significa perder apenas aquele lugar ou recurso. Essas mudanças podem alterar a forma como as pessoas circulam, cuidam, trabalham, convivem e acessam direitos. Os impactos se articulam e podem se acumular ao longo do tempo.

7 Diretrizes e dispositivos de reparação extrapatrimonial

Para que as ações de reparação extrapatrimonial, em qualquer um dos eixos mencionados, sejam ética e politicamente referenciadas, sugerimos cinco diretrizes fundamentais. Cada diretriz se desdobra em dispositivos, isto é, medidas que atuam diretamente sobre as condições de vida afetadas pelo desastre e que devem ser planejadas de forma articulada, considerando território, vínculos e cotidiano.

1 Cuidado em saúde mental com base territorial

DIRETRIZ

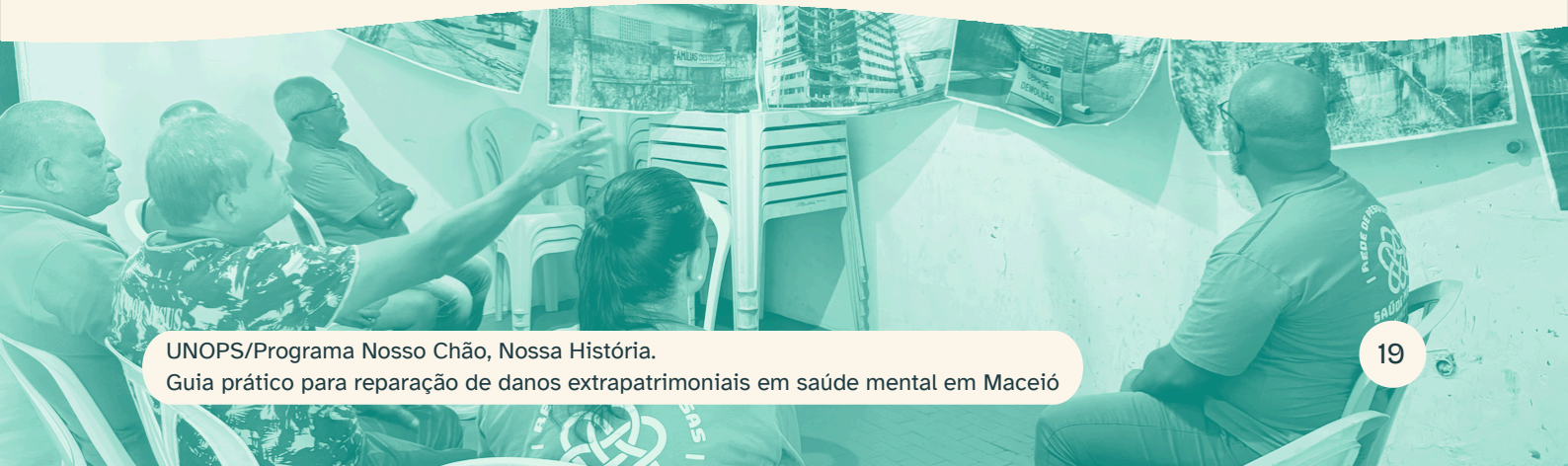
Desmedicalização do sofrimento: agregar a investigação de causas sociais à rotina de diagnósticos biológicos que possam ser avaliados transversalmente na história de vida das pessoas atingidas. A dor física das pessoas atingidas não é fruto de condições puramente orgânicas ou difusas, mas do nexo causal direto com o desastre da mineração.

DISPOSITIVOS

A oferta de cuidado não pode se restringir a atendimentos individuais e descontextualizados. É necessário:

- implantação de equipes com atuação nos territórios afetados;
- criação de espaços coletivos de escuta, que não se limitem à lógica clínica tradicional;
- acompanhamento continuado, considerando a natureza prolongada do desastre e evitando fragmentação e revitimização.

→*O cuidado deve partir das condições concretas de vida, e não enquadrar o sofrimento em categorias previamente definidas.*



2 Recomposição de vínculos e da vida comunitária

DIRETRIZ

Recomposição de vínculos: criar dispositivos de escuta coletiva e espaços de convivência que combatam a "erosão das sociabilidades" e fortaleçam as identidades/sexualidades. A reparação extrapatrimonial deve promover a reconstrução do tecido comunitário rompido pelo isolamento e dispersão.

DISPOSITIVOS

A ruptura das relações de vizinhança e das formas de convivência é parte central do dano. Nesse sentido, a reparação extrapatrimonial deve incluir:

- construção e sustentação de espaços de encontro e convivência;
- apoio a iniciativas comunitárias já existentes;
- criar condições para a reconstrução de redes locais de apoio.

→*Não se trata de "recriar comunidade" de forma artificial, mas de garantir condições para que ela volte a existir.*

3 Território, memória e luto

DIRETRIZ

Segurança e vínculo com o território: garantir que as mudanças no território não rompam os vínculos das pessoas com sua história e suas referências. Isso inclui assegurar o acesso ao Cemitério de Santo Antônio, onde estão enterrados familiares de várias gerações, e à Igreja, lugares de fé, memória e convivência que fazem parte da história das famílias.

DISPOSITIVOS

Reposição territorial com manutenção de referências

O deslocamento, quando/se ocorre, não pode significar ruptura total com a vida anterior. Projetos e ações de reparação extrapatrimonial devem garantir ou propor:

- possibilidade de permanência em regiões próximas ou socialmente equivalentes;
- manutenção de vínculos com serviços, redes e referências já existentes;
- acesso a moradias que não representem rebaixamento das condições de vida.

→*Caso contrário, o deslocamento passa a operar como um agravamento do dano.*

Memória, luto e continuidade simbólica

A relação com o território não é apenas material. Ações de reparação de danos extrapatrimoniais devem priorizar:

- acesso a cemitérios, igrejas e outros espaços de referência histórica para as pessoas atingidas;
- ações de preservação de marcos simbólicos e históricos;
- atividades de reconhecimento das perdas que não são substituíveis, inclusive dos mais diversos tipos de lutos provenientes do desastre;
- criação de espaço para a retomada dos rituais de passagem/despedidas no território e/ou em condições semelhantes àqueles praticados antes do desastre.

→*Sem isso, a reparação extrapatrimonial desconsidera dimensões centrais da experiência vivida.*

4 Comunicação e transparência

DIRETRIZ

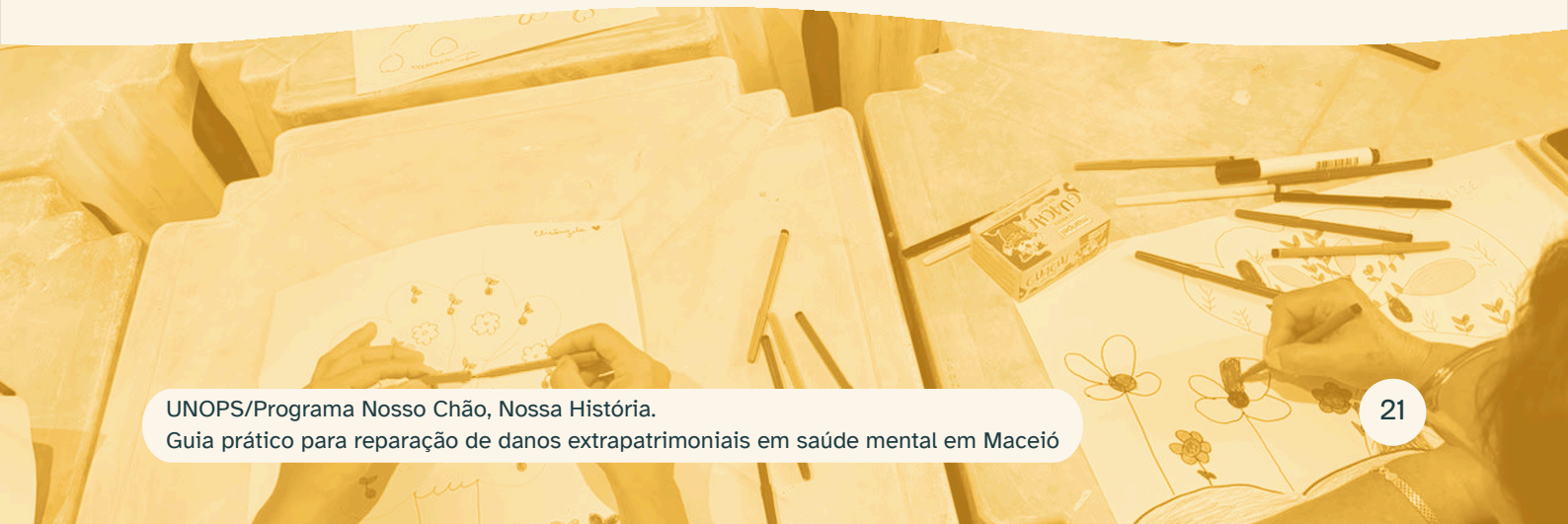
Transparência radical: mitigar a “angústia do silêncio” com canais diretos e honestos de comunicação, reduzindo a incerteza sobre o solo e o futuro.

DISPOSITIVOS

A forma como as instituições se comunicam interfere diretamente na produção ou redução do sofrimento. É necessário garantir:

- informações claras, contínuas e acessíveis;
- previsibilidade nos processos;
- canais diretos de diálogo com a população.

→*A ausência ou inconsistência de informação produz insegurança adicional e amplia o dano.*



5 Articulação e mobilização coletiva

DIRETRIZ

Incentivo à articulação política coletiva: fortalecer a autonomia coletiva dos atingidos por meio da organização e da reivindicação de direitos, ampliando a autoestima, o sentimento de dignidade e a capacidade de enfrentamento ao desamparo e à fragmentação coletiva.

DISPOSITIVOS

Fomentar e amparar espaços de organização coletiva de atingidos – do ponto de vista material e formativo – se coloca como dispositivo de reparação extrapatrimonial na medida em que potencializa a autonomia, autoestima, confiança e esperança e capacidade de ação entre pessoas atingidas. Para isso, é possível:

- oferecer espaços e atividades de formação jurídica e política acerca da noção de danos e reparação extrapatrimoniais;
- suporte material para a criação e sustentabilidade de iniciativas de organização e representação de atingidos;
- alçar articulações e prestar apoio à atuação de movimentos sociais já existentes nos territórios afetados.

Atenção!

A reparação financeira isolada é incapaz de curar a fissura no pertencimento. Sem o direito de visitar os mortos no cemitério local ou sem a segurança de que o novo lar não será um exílio na periferia, a indenização torna-se apenas uma transação comercial que ignora o luto e a identidade.

8 Como acompanhar os efeitos da reparação extrapatrimonial?

As medidas de reparação extrapatrimonial precisam ser acompanhadas ao longo do tempo, considerando mudanças concretas na vida das pessoas atingidas. Alguns sinais podem ajudar a avaliar se as ações estão produzindo os efeitos esperados e algumas perguntas podem guiar essa avaliação, sob a perspectiva das pessoas atingidas.

Matriz de acompanhamento da efetividade das ações de reparação extrapatrimonial

Segurança e previsibilidade no cotidiano

INDICADORES DE EFETIVIDADE
Redução da sensação de insegurança; redução do tempo de espera e de deslocamento; maior previsibilidade para circulação e realização das atividades cotidianas.

COMO VERIFICAR
Escuta dos atingidos; registros de deslocamento e acesso; observação das condições do território; comparação entre períodos.

O QUE PERGUNTAR ÀS PESSOAS ATINGIDAS
"As mudanças realizadas fizeram você se sentir mais seguro(a) para circular e realizar suas atividades cotidianas?"

Convivência e vínculos comunitários

INDICADORES DE EFETIVIDADE
Retomada de relações de vizinhança; ampliação das oportunidades de convivência; fortalecimento de relações de apoio; participação em atividades coletivas.

COMO VERIFICAR
Escuta dos participantes; registro de atividades comunitárias; observação da participação e das relações estabelecidas.

O QUE PERGUNTAR ÀS PESSOAS ATINGIDAS
"Você voltou a ter oportunidades de conviver e manter relações com outras pessoas da comunidade?"

Condições de vida e bem-estar

INDICADORES DE EFETIVIDADE

Melhoria das condições de acesso à moradia, saúde, transporte, trabalho e outros serviços; redução de situações persistentes de sofrimento relacionadas às mudanças provocadas pelo desastre.

COMO VERIFICAR

Escuta constante dos participantes; acompanhamento dos serviços acessados; registros das demandas e encaminhamentos; avaliação periódica das condições de vida.

O QUE PERGUNTAR ÀS PESSOAS ATINGIDAS

"As medidas adotadas melhoraram suas condições de vida e de cuidado?"

Atividades, práticas e referências territoriais

INDICADORES DE EFETIVIDADE

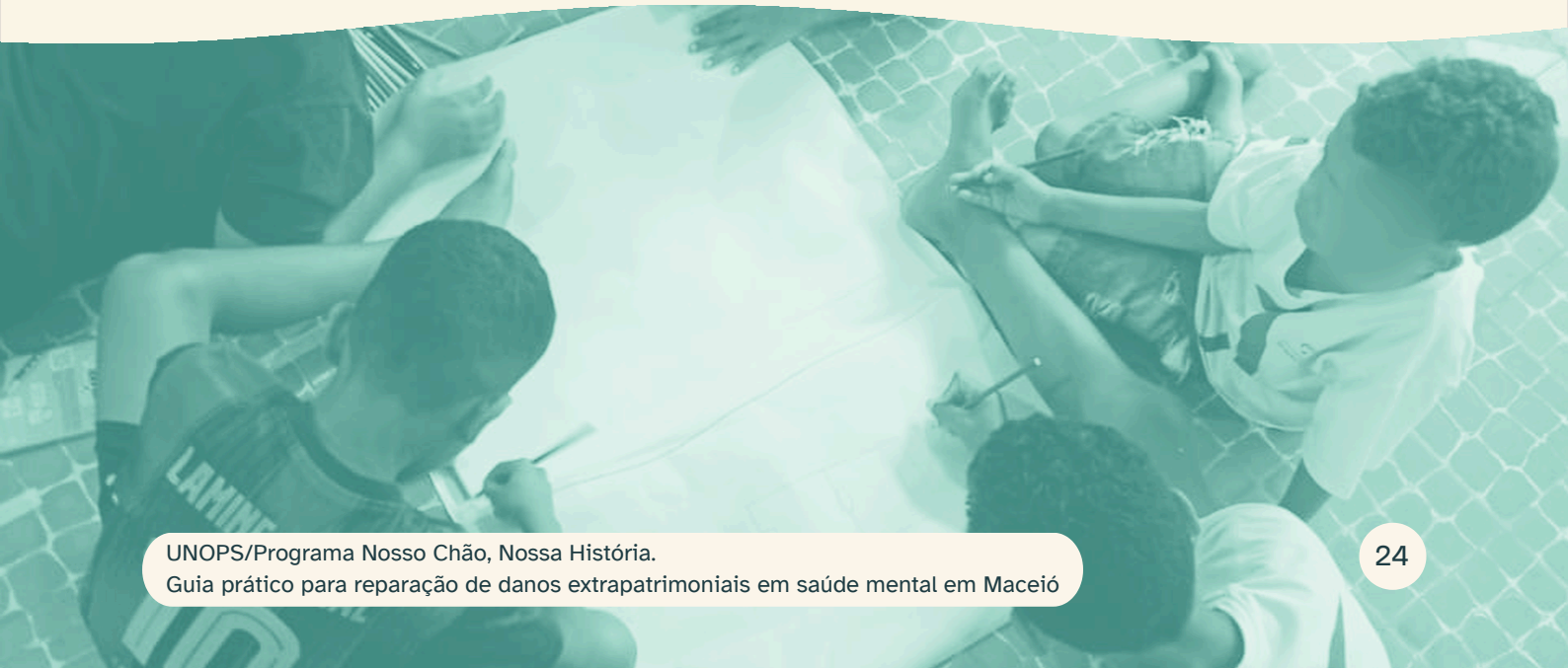
Retomada ou reconstrução de atividades culturais, produtivas, religiosas, de lazer e de convivência; recuperação do acesso a lugares significativos para a história das comunidades.

COMO VERIFICAR

Registro das atividades realizadas; escuta dos participantes; mapeamento de espaços e práticas retomados ou reconstruídos.

O QUE PERGUNTAR ÀS PESSOAS ATINGIDAS

"Você conseguiu retomar atividades, lugares ou práticas importantes em sua vida?"



Autonomia e participação

INDICADORES DE EFETIVIDADE

Maior participação dos atingidos nas decisões sobre a reparação extrapatrimonial; capacidade de expressar demandas e reivindicar direitos; fortalecimento de formas coletivas de organização.

COMO VERIFICAR

Registro da participação em reuniões e processos decisórios; escuta dos participantes; acompanhamento das demandas apresentadas e encaminhadas.

O QUE PERGUNTAR ÀS PESSOAS ATINGIDAS

"Você tem participado das decisões sobre as medidas de reparação extrapatrimonial que afetam sua vida?"

Reconhecimento da diversidade

INDICADORES DE EFETIVIDADE

Incorporação das especificidades de gênero, sexualidade, raça, geração e outras condições relevantes nas ações de reparação extrapatrimonial; acesso equitativo às medidas.

COMO VERIFICAR

Análise das ações e critérios adotados; escuta de grupos específicos; acompanhamento do acesso às medidas de reparação extrapatrimonial.

O QUE PERGUNTAR ÀS PESSOAS ATINGIDAS

"As ações de reparação extrapatrimonial consideram as necessidades e experiências específicas dos diferentes grupos atingidos?"



9 Conclusão

A reparação extrapatrimonial no caso do desastre socioambiental da mineração, em Maceió, é um imperativo de justiça ambiental e reconhecimento de saberes situados.

O silenciamento das narrativas, pelas diversas razões aqui apontadas, constitui uma contínua vitimização que deve ser interrompida.

Portanto, o que este guia propõe é um deslocamento de perspectiva. Ao longo do texto, foi apontado que os danos produzidos pelo desastre não se organizam numa única dimensão, nem podem ser enfrentados por respostas isoladas. Eles atravessam o cotidiano, os vínculos, o território e o tempo de vida de quem foi atingido.

Isso tem implicações diretas para como projetos de reparação extrapatrimonial são planejados e implementados. Não se trata apenas de ampliar o escopo das ações, mas avaliar o modo como elas são estruturadas. As ações que não consideram a continuidade do desastre, a dispersão territorial, a ruptura das relações comunitárias e as desigualdades que atravessam esses territórios tendem a operar com um alcance limitado, ainda que bem-intencionadas.

Ao mesmo tempo, o material apresentado aqui indica que há caminhos possíveis. Eles passam por reconhecer o território como eixo das intervenções, tratar o sofrimento como psicossocial em sua relação com as condições de vida, sustentar ações ao longo do tempo, articuladas com as instituições públicas e a participação das pessoas atingidas, criando condições para que vínculos, referências e práticas possam ser retomados ou reorganizados.

Nesse sentido, a reparação extrapatrimonial deixa de ser entendida como resposta pontual e passa a ser concebida como processo. Um processo que exige continuidade, escuta e capacidade de adaptação às formas concretas de como a vida segue sendo reorganizada nos territórios, após o desastre.

Mais do que oferecer um modelo fechado, este guia busca funcionar como referência para ações de reparação extrapatrimonial. Um ponto de apoio para a formulação de projetos de reparação extrapatrimonial que consigam, de fato, incidir sobre o que foi impactado psicossocialmente, sem reduzir a complexidade do que está em jogo.

NÓS

Rede de Pesquisas em Saúde Mental Comunitária e Desastre Socioambiental

2026

NOSSO CHÃO NOSSA HISTÓRIA

CGDE
Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais

UNOPS

FUNDEPES

